

# Um protesto eivado de má fé e demagogia

Ontem, ao mesmo tempo em que nosso editorial concluía com a opinião de que o governo brasileiro deveria fazer um esforço político competente e lúcido no sentido de tentar negociar esquemas para a dívida externa que tivessem mais estabilidade, desvinculando esse nosso problema dos problemas específicos da economia norte-americana, o noticiário informava sobre a nota que o governo brasileiro enviou aos países credores e às chancelarias latino-americanas protestando contra a alta dos juros nos Estados Unidos.

Alguns leitores pensarão que se trata do início daquilo que sugeríamos em nosso editorial.

Mas, infelizmente, não é nada disso. Falávamos de exercitar um esforço político "competente e lúcido" e o que o governo brasileiro produziu foi apenas um gesto que em nossa opinião não tem nenhuma competência e muito menos lucidez. Trata-se de uma jogada meramente demagógica e eivada de má fé.

A nota afirma, a certa altura, que "o governo brasileiro espera que os governos dos países credores considerem, em suas decisões de política econômica, as repercussões, por vezes graves, que podem elas acarretar para os países endividados e os meios de atenuá-las".

A pobreza vernacular não nos permite saber se o governo brasileiro pretende que os governos dos países credores tomem decisões de política econômica que atenuem nossas dificuldades ou que apenas tenham cuidado para não agravá-las, pois não sabemos se o complemento "os meios de atenuá-las" se refere ao verbo "considerar" ou ao verbo "acarretar". De qualquer modo, a frase, que em linguagem diplomática poderia ter a aparência de admoestação ou advertência, não passa de demagogia barata, feita por quem não reúne condições mínimas de autoridade moral ou política para ser realmente levado a sério. Além do que toda advertência ou admoestação, nas relações internacionais, só podem ou devem ser feitas — como todos sabemos — por quem dispõe de meios para sancionar de algum modo o advertido ou os admoestados. Este governo brasileiro, em final de mandato, e depois de todas as tratandadas que cometeu nas negociações com os credores, só tem meios para praticar truculências internas. O general Newton Cruz não funciona lá fora. E os credores não são estudantes da Universidade de Brasília.

O governo brasileiro, na verdade, tem pleno conhecimento de que, nos Estados Unidos, as decisões de política econômica em geral, e particularmente as decisões sobre taxas de juros, não estão subordinadas aos interesses exclusivos e autoritários do governo lanque. Por isso, e também pelo fato de estar há mais de três anos impondo, internamente, uma política de juros extorsivos, esta sim sob seu exclusivo arbítrio e no seu exclusivo interesse, é claro que a nota do nosso governo não pode ser levada a sério por quem sabe das coisas.

A frase que o ministro Delfim Neto pronunciou em Washington, sem saber ainda do ridículo protesto do seu governo, é muito mais realista e judiciosa. Indagado por que não protestava contra a alta de juros nos EUA, o ministro limitou-se a observar que, "se cara feia resolvesse, nossos países não teriam problemas".

A "cara feia" do governo brasileiro, sobre ser despropositada e tardia, pois os juros americanos já estiveram na casa dos 21% ao ano sem que nosso governo julgasse conveniente, na época, parar de se endividar, ou protestar, destina-se a fazer média, como se diz, na América Latina. Provavelmente enciumado pelo fato de os presidentes do México e da Argentina se estarem transformando nos principais interlocutores latino-americanos em assuntos de dívida externa, o Itamaraty achou de bom alvitre sugerir ao presidente Figueiredo essa boutade ociosa e intempestiva. Depois de manter no Ministério da Fazenda, durante todo o período de crise, um homem que é o rei da passividade; que reza pela cartilha ortodoxa; e que vive repetindo que não há nada a fazer, o caminho é este que está aí e temos de segui-lo religiosamente na esperança de podermos retomar certo fôlego ou certa autonomia daqui a uns dez anos, vem agora o mesmo governo com supostas pretensões de "virar a mesa". Muita gente vai pensar que se trata de uma alteração de linha, de uma nova estratégia, coisas desse tipo. Não é nada disso. É apenas mais um daqueles gestos de circunstância, ditado ao sabor de um momento de neurastenia do condutor de todas as nossas diatribes. Destina-se a produzir tanto efeito quanto o famoso discurso na Assembléia Geral da ONU em 1982, aquele sim, um gesto refletido, responsável e maduro, mas que também, como ocorrerá com este, afundou no vazio, porque no dia seguinte seu autor tinha brinquedos mais interessantes a que se dedicar.

Continuamos a insistir no ponto de vista que vimos defendendo desde que começou todo esse absurdo econômico-financeiro: o governo brasileiro — não este, que já está no fim e nada mais fará, mas qualquer outro — precisa ter uma estratégia política para lidar com o problema da dívida, para conduzir os credores (privados e governamentais) à compreensão realista de que é uma questão política e deve ser politicamente resolvida, no interesse mútuo. Mas o esforço nessa direção precisa ser pertinente, permanente, sério, profundo e cuidadosamente articulado nos planos internacional e hemisférico. Não pode resultar de esperneios diplomáticos fugazes, de destemperos verbais ou literários momentâneos, de arroubos de quem teve uma noite mal dormida. Isso só nos conduz ao ridículo, quando o que precisamos é muita seriedade e respeito.

Em lugar de adotar essa postura que fica bem para os líderes mais radicais da nossa oposição, nosso governo deveria ter aproveitado a primeira oportunidade que surgiu de estimular os esforços para encontrar novos caminhos para a solução do problema dos países devedores, oportunidade essa proporcionada pelos dirigentes da política financeira norte-americana e da qual nosso governo simplesmente não tomou conhecimento: a reunião que acaba de ser realizada em Nova York entre representantes de vários dos mais importantes bancos centrais do mundo desenvolvido.